



ACÓRDÃO Nº 517/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11407/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Emerson Nascimento Alves – Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7192/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.905/909).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Emerson Nascimento Alves**, responsável pela Câmara Municipal de Novo Aripuanã, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. Emerson Nascimento Alves, Presidente da Câmara à época, conforme dispõe o Art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emerson Nascimento Alves** no valor de R\$ 4.400,00 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ por descumprimento da improbidade apontada a seguir:
 - a) Ausência de Parecer Jurídico no Convite nº 001/15, referente ao fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, no valor de R\$ 19.483,50 e o Convite nº 002/15, referente ao fornecimento de material permanente e equipamento de informática, no valor de R\$ 75.748,45, art. 38, inciso VI, da Lei



ACÓRDÃO Nº 517/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

nº8.666/93;

- b) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3. Notificar o Sr. Emerson Nascimento Alves, com cópia do Acórdão, relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral